



INDICE

página

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2015; .	2
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;	2
3. Eleição de membros do Conselho de Administração;.....	2
4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;	3
5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;	3
1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2015 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09	4
2.a. Proposta da Administração para Destinação do Resultado.....	21
3.a. Eleição de Membros do Conselho de Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480).....	23
4.a.Eleição de Membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes.....	26
5.a. Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal	34

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26/04/2016, nos termos da Instrução CVM nº 481/09

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **26/04/2016**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2015;

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 22/03/2016 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da TELEBRAS, encontram-se disponíveis no site da TELEBRAS e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A Administração da TELEBRAS propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2015, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017:

Nome	Representação
Maximiliano Salvadori Martinhão	Ministério das Comunicações
Flavio Lenz Cesar	Ministério das Comunicações
Marcelo de Siqueira Freitas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Demi Getschko	Ministério das Comunicações – Representante da Sociedade Civil
Jorge Ricardo Bittar*	Ministério das Comunicações

* O presidente da Telebrás é membro nato do Conselho de Administração.

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em eleição em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia, totalizando 8 membros, com um prazo de gestão até a AGO de 2017.

4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017:

Efetivo	Suplente	Representação
Adroaldo da Cunha Portal	Francisco José Pontes Ibiapina	Ministério das Comunicações
Célia Romeiro de Sousa	Francklin Andrade Mattar Furtado	Ministério das Comunicações
Márcia Ribeiro Abreu	Tiago Sbardelotto	Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional)

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em votação em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, com seus respectivos suplentes.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A Administração da TELEBRAS propõe verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 469.388,02; (ii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 293.367,51; e (iii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 4.126.348,95, perfazendo um total global anual de R\$ 4.889.104,48.

O Aviso aos Acionistas, que coloca à disposição a documentação relativa ao item 1 da ordem do dia da AGO, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 22 de março de 2016.

Jorge Ricardo Bittar

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2015 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2015, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado (Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília – DF), no site da TELEBRAS no endereço www.telebras.com.br e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).=

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10. Comentários dos Diretores sobre

10.1. a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações:

Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2015 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo na ordem de R\$ 235.633 mil contra R\$ 117.358 em 2014.

Quanto à estrutura de backbone e backhaul, não houve crescimento significativo devido ao contingenciamento do orçamento 2015 feito pela União.

O ano de 2015 encerrou com 485 contratos comerciais e termos aditivos assinados e mais de 134 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 340% (trezentos e quarenta por cento) quando comparado ao ano de 2014 sendo possível notar que o valor de faturamento pelos serviços prestados foi duplicado no referido ano. Devem-se destacar os contratos firmados com o Ministério das Comunicações, Exército Brasileiro e Ministério Público do Trabalho bem como com diversos provedores regionais para promoção do Programa Nacional de Banda Larga. As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentando a média de receita por contrato firmado e consolidando a relação entre a Telebras e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

- (i) O Índice de Liquidez Corrente da Companhia, que era 0,70 em 2014, apresentou aumento em 2015, passando a 106,8, em virtude do aumento do item Contas a Receber (aumento de 141,6%), que passou de R\$ R\$ 6,492 mil em 2014 para R\$ 15.685 mil em 2015, bem como a queda na exigibilidade de curto prazo de 18,6%, com destaque para Conta de Fornecedores, cuja diminuição foi de 13,1%, passando de R\$ R\$ 320.330 mil em 2014, para R\$ 278.470 mil em 2015;
- (ii) O Índice de Liquidez Geral da Companhia em 2015: 0,92. Era de 1,00 em 2014;
- (iii) O Índice de Endividamento da Empresa (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante /

Patrimônio Líquido), era de 992 em 2014, passou para 1267 em 2015, basicamente em virtude da Conta de Fornecedor e do crescimento dos Recursos para Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo bem como do Patrimônio Líquido negativo;

(iv) Outro indicador de endividamento, representado pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total, também reflete o aumento no grau de endividamento da empresa, pois em 2014 representava 100%% e 108,5% em 2015. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012, e 2013, 2014 e 2015 (56,75%, 54,27%, 55,8% e 56,8% respectivamente).

(v) A Composição do Endividamento (Passivo Circulante / Passivo Circulantes + Passivo Não Circulante) indica que houve uma pequena melhora no perfil do endividamento, passando de 0,26 em 2014 para 0,14 em 2015;

(vi) O Ativo Total (Bens e Direitos à Disposição da Companhia) teve evolução. Crescimento da ordem de 39,3% em relação a 2015. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 42,4%, o Ativo Circulante apresentou crescimento de 25,0%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 49,2% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento significativo dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da Telebras.

Essa evolução do Imobilizado, que já representa 72,4% do total do Ativo da Telebras, demonstra, ano a ano, a evolução da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais. Vale lembrar que o Imobilizado representava 67,63% do total do Ativo em 2014, sendo que em 2013 representava 36,2%. Como se disse em anos anteriores, esse aumento está em consonância com os objetivos institucionais da Companhia e refletem o seu empenhado esforço em direcionar os recursos disponíveis para a realização de investimentos, tendo por objetivo consolidar e rentabilizar sua rede de telecomunicações.

O Passivo Circulante apresentou caiu 18,5% no período, em decorrência principalmente da diminuição em Fornecedores que apresentou queda de 13,1% em relação a 2014. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 75,5% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador, obrigação essa que será convertida em futuro aumento de capital. Ainda dentro do Passivo Não Circulante, a empresa realizou a captação de Receita Antecipada junto ao Ministério da Defesa –, no valor de R\$ 296 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica –, o que contribuiu para o seu crescimento.

A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 235.633 mil.

A queda dos custos dos serviços prestados é consequência dos custos associados à manutenção do *Backbone* (rede de fibra óptica de longa distância) existente e pela diminuição nos Serviços Telecom. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que em números absolutos, apresentaram crescimento em relação ao exercício anterior da ordem de 102%, passando de R\$ 31.096 em 2014 para R\$ 62.638.

10.1. b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

10.1. c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes (Índice de Liquidez Imediata) corresponde a 65,8% do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curtíssimo prazo.

O índice de liquidez corrente apresentado foi de 1,07 - isto é - para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa possui R\$ 1,07 de ativos de curto prazo para honrar as obrigações também de curto prazo.

O índice de liquidez geral foi de 0,22 - ou seja - para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazos, a empresa possui apenas R\$ 0,22 de recursos de curto e longo prazos, para honrar essas obrigações. Ressalta-se, que o valor de R\$ 1.320.458 registrado no passivo exigível a longo prazo (passivo não circulante) corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital do acionista majoritário (Ministério das Comunicações) que estão em processo de incorporação ao Capital Social da empresa, e R\$ 390.600 correspondem a receitas antecipadas recebidas do governo federal, que serão reconhecidas como receita operacional quando da entrega dos serviços.

O índice de endividamento foi de 1,09 – isto é – a empresa financia 109% dos ativos com capitais de terceiros, portanto, todo o investimento da empresa é realizado por recursos de terceiros. Entretanto, é importante frisar que este indicador está afetado pelos adiantamentos para futuro aumento de capital bem como pelas receitas antecipadas.

O perfil da dívida mostra que 13,80% das aplicações foram financiadas por recursos de curto prazo e 66,20% com recursos de longo prazo, portanto, demonstrando boa estrutura do endividamento. Tais números são consequência dos investimentos realizados pela empresa para a consecução dos seus objetivos institucionais.

10.1. d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2015, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como a segunda parcela do financiamento da FINEP e de recursos oriundos de receita própria.

10.1. e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

10.1. f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total, assim detalhados.

Em milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:						
	2015			2014			2013
	Valor	AV %	AH %	Valor	AV %	AH %	Valor
Ativo Circulante	408,7	16,0	125,0	326,9	17,8	-43,1	574,3
Ativo Não Circulante	2.145,8	84,0	142,4	1.506,5	82,2	151,6	598,7
Imobilizado	1.850,1	72,4	149,2	1.240,1	67,6	191,6	425,2
Ativo Total	2.554,5	100,0	139,3	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1
Passivo Circulante	382,7	15,0	81,5	469,7	25,6	62,2	289,5
Passivo Não Circulante	2.390,6	93,6	175,5	1.361,9	74,3	77,5	767,0
Passivo Exigível	2.773,3	108,5	151,4	1.831,6	99,8	73,4	1.056,5
Patrimônio Líquido	-218,7	-8,5	11510,5	1,9	0,1	-98,4	116,6
Passivo Total	2.554,5	100,0	139,3	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em

(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia realizou a captação de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136.043 mil em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

(iii). grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item “f”.

(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. (aspectos contábeis).

Os índices de endividamento são 1,08 (2015), 0,99 (2014), 0,90 (2013). Com esses índices pode-se verificar que os o endividamento da TELEBRAS está crescendo. No entanto, advem do investimento de infraestrutura que gerará receitas futuras de médio e longo prazo para a Telebras.

Destaca-se que no passivo não circulante da Companhia na rubrica IRU há o valor de R\$

390.600.000,00 que representa 13% do valor do passivo da empresa em 2015 (PC + PNC), essa rubrica não incorrerá em desembolso financeiro para a TELEBRAS.

Ainda, cerca de 48% do passivo está vinculado a Aporte para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que são recursos advindos do acionista majoritário e que serão integralizados ao Patrimônio da companhia – não havendo, portanto, desembolso financeiro.

Distribuição de Dividendos: A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2015, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2015.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2015, não houve emissão de novos valores mobiliários.

Alienação de Controle Acionário: O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral.

10.1. g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

10.1. h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações informadas nos itens 10.1 “a” e 10.1. “f”.

10.2. Resultado operacional e financeiro

10.2. a. Resultados das operações da Companhia

O Resultado do Exercício da empresa voltou a apresentar-se negativo, passando de R\$ 117.358 em 2014 para R\$ 235.633 em 2015, isto é, crescimento de 100,8%, devido ao maior crescimento das Despesas Comerciais, com crescimento de 44,1%, passando de R\$ 9.934 em 2014 para R\$ 14.317 em 2015, das Despesas Financeiras Líquidas que passaram de R\$ 68.557 em 2014 para R\$ 72.187 em 2015, representando um crescimento de 5,3% e da queda observada no Resultado da Equivalência Patrimonial de 84,5%, passando de R\$ 150.571 em 2014 para apenas 23.287 em 2015.

Em virtude da correção dos aportes do Acionista Controlador e da correção das contingências, o resultado financeiro foi negativo.

10.2. b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio,

inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

10.2. c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuem negativamente para o resultado financeiro.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras - Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

10.3. a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2015, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3. b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2015, houve a constituição da Cabos Brasil Europa S.A. com participação de 35% do seu Capital Social correspondendo a R\$ 1.225.000,00.

10.3. c. Eventos ou operações não usuais

Em 2014, não houve a realização de operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2015, 2014 e 2013.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2015.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2015 em relação a 2014, tampouco em relação a 2013.

10.4. b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2013, 2014 e 2015.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

10.4. c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2015:

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 dezembro de 2015, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 18. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.a, a Telebras possui participação de 49% do capital social da Visiona Tecnologia Espacial S/A, sendo que o restante de 51% pertence a parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31 dezembro de 2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 mil após apuração da equivalência patrimonial. As Demonstrações financeiras da coligada foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.b, a constituição da empresa TELEBRAS – COPA S/A como subsidiária integral da TELEBRAS (sociedade de Propósito Específico para prestação de serviços nos eventos da copa das confederações de 2013 e copa do mundo de 2014), em 07 de fevereiro de 2013, com integralização inicial de seu capital no valor de R\$ 10 mil, ou seja, 10% de R\$ 100 mil do capital total. A companhia efetuou o pagamento de R\$ 90 mil, em 26/06/2013, pela integralização do restante de sua participação no capital da TELEBRAS – COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido a ganho com equivalência patrimonial. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Desde o exercício de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31 dezembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e patrimônio líquido negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31 dezembro de 2015, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, o que possibilitará tornar positivo o patrimônio líquido que se encontra negativo em 31 dezembro de 2015 no montante de R\$218.760 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como

informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e a ampliação das condições de plena operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição, e consequente ampliação da geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de março de 2015, mas com os parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos incluídos no presente relatório.

10.4. d. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2014:

Ênfases

Demonstrações Individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra "b", as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS., essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, “a”, a TELEBRÁS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “b”, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra “a”, ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Imobilizado

A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos

ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Resumo das principais práticas contábeis

10.5. a. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço 2015, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

10.5. b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na sua quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

10.5. c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da então *holding* do Sistema Telebras. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social serão calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre eventual lucro real e deverá considerar a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

10.5. d. Ativos realizáveis - créditos

Estão representados preponderantemente por (i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (ii) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

10.5. e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

10.5. f. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo de aquisição. Os ganhos e perdas não realizados em transações com a controlada e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e da coligada.

10.5. g. Redução do valor recuperável dos ativos

Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2015.

10.5. h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

A depreciação dos ativos é calculada mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da Companhia deve ser decorrência de sua vida útil economicamente produtiva.

Não obstante, a Telebras concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações.

10.5. i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de *software* e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao Órgão Regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

10.5. j. Provisões e obrigações trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

10.5. k. Provisões para contingências

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas

10.5. l. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. Decorrentes de imposição legal, tais itens são tratados pelas respectivas notas explicativas que explicitam os números das demonstrações financeiras.

10.5. m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

10.5. n. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

10.5. o. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

10.5. p. Resultado líquido por ação e valor patrimonial por ação – VPA por unidade de ações

Em 31/12/2015 e 31/12/2014 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

10.5. q. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC - e Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos

incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10.6 . Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

10.6. a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

10.6. b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Auditores Independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios - Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

10.7. a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.7. b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

10.7. c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea “a”.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu Balanço Patrimonial 2015

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócio

10.10. a. Investimento, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Dados da Execução Orçamentária – Com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2015, aprovado (reprogramação) pelo Decreto nº 8.631, de 30/12/2015:

R\$ Milhões			
FONTES E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
FONTES DE RECURSOS	488,8	871,6	56,1%
Receita	101,9	103,4	98,6%
Recursos para aumento de Capital	386,8	632,1	61,2%
Operações de Crédito	136,0	136,0	100,0%
USOS DE RECURSOS	870,8	1.290,0	67,5%
Dispêndios Correntes	273,0	381,4	71,6%
Dispêndios Capital	597,8	908,6	65,8%

O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRAS. Versão final aprovada pelo Decreto nº 8.631, de 30/12/2013, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

R\$ Milhões			
DISPÊNDIOS CAPITAL	OI REALIZADO	OI APROVADO	REALIZAÇÃO %
12OF – PNBL*	31,3	251,9	12,4%
147A - Copa e Grandes Eventos	0,5	2,0	23,2%
146Z - Satélite	559,2	636,2	87,9%
4101 - Bens Imóveis	0,0	0,2	8,9%
4102 - Bens Móveis	0,0	0,3	1,6%
4103 - Ativos de Informática	5,7	13,0	43,5%

Inversão Financeira Cabos Submarinos	1,2	5,0	24,5%
Total	597,8	908,6	65,8%

* PNBL

Na Região Norte	2.088.389	28.147.755
Na Região Nordeste	4.035.063	36.687.078
Na Região Sudeste	5.181.726	82.431.165
Na Região Sul	8.646.002	20.110.258
Na Região Centro-Oeste	11.299.671	84.526.846
	31.250.851	251.903.102

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Telebras conta com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital. Como se noticiou acima, a Companhia realizou a captação de financiamento junto à FINEP – Inovação e Pesquisa –, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

10.10. b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

Com a rede de telecomunicações ampliada, a Telebras pôde ofertar serviços diretamente a 456 municípios, com o que se atingiu cerca de 42% da população brasileira, equivalente a 43% de domicílios (cerca de 25 milhões de domicílios);

Com essa capacidade instalada espera-se uma ampliação considerável da base de clientes. Em 2015 o faturamento ultrapassou os R\$ 62 milhões, um incremento de 100% em relação a 2014. É importante ressaltar que o alcance atual da rede deverá necessariamente estar associado aos futuros e indispensáveis investimentos dos próximos exercícios para que se viabilize o atendimento às demandas institucionais da Companhia.

No período de 2012 a 2015, a Telebras priorizou a implantação das infraestruturas necessárias ao PNBL, previstas no Decreto nº 7.175/2010, criando uma rede nacional de fibras ópticas (Backbone), expandindo dos 1100 km ao final de 2011, para aproximadamente 25 mil km em 2015. Com um investimento de mais de R\$ 429 milhões para construção de infraestruturas de transmissão própria até o final de 2015, a Rede Nacional de Banda Larga da Telebras oferece atualmente possibilidade de cobertura para prestação de serviços em 608 municípios brasileiros que englobam mais de 45% de sua população.

Ampliações e novas implantações de Estações de Backbone e de Estações de Atendimento (EA), assim como as 21 (vinte e uma) redes metropolitanas previstas para 2015, tiveram seu orçamento contingenciado pelo Governo Federal, e assim reprogramado na proposta orçamentária da LOA 2016. De qualquer forma, os trabalhos de planejamento e projetos destas infraestruturas foram executados, possibilitando-se a antecipação dos processos licitatórios que resultaram na assinatura de diversas Atas de Registro de Preço destas infraestruturas para redes ópticas e suas estações de telecomunicações. Este trabalho antecipa grande parte do ciclo aquisitivo e de implantação, possibilitando em 2016 a rápida retomada dos projetos previstos em 2015, assim que sejam liberados os recursos orçamentários propostos.

Com relação ao projeto SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - assinado em novembro de 2013, o Contrato de Aquisição e Fornecimento, Integração, Lançamento e Operação Assistida do Sistema Satelital Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas com a Visiona Tecnologia Espacial S.A. continua em pleno e regular curso. A previsão para colocar o satélite em órbita é no final de 2016, pela empresa Arianespace, a partir da base espacial na Guiana Francesa. Após um período de ajustes e de testes, o satélite começará a sua operação comercial no início de 2017. Ele ficará posicionado a uma distância de mais de 35 mil km da superfície da Terra.

Em 2015 foi concluída com sucesso uma importante fase do projeto, que é a instalação da antena TCR (Telemetria, Controle e Rastreamento) da Estação de Controle de Brasília. Esta fase, além de muito importante dentro do processo de instalação da Estação de Controle do SGDC, é um trabalho muito delicado e difícil de ser implementado por se tratar de uma antena de alto desempenho. A sua instalação necessita ser muito bem-sucedida, uma vez que os requisitos técnicos de apontamento são bastante rígidos.

Além desta instalação, foram iniciadas, na Estação de Controle de Brasília, as atividades de montagem e testes dos demais equipamentos.

No Rio de Janeiro, onde ficará a Estação de Controle secundária, estão em andamento as atividades de montagem e testes da respectiva antena TCR, conforme previsto no cronograma.

Cabe salientar que no ano de 2015 foram realizados com sucesso todos os eventos previstos no cronograma do projeto SGDC.

10.10. c. Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos.

Em 2015 a Gerência Telebras Inovação realizou pesquisas em equipamentos de transmissão de dados, tendo sido realizadas Provas de Conceito (PoC) em equipamento com tecnologia Óptica no Espaço Livre (FSO) e Transceptor de rádio Ponto a Ponto (P2P) e Ponto Multiponto (PmP), em faixas não licenciadas. Estas tecnologias permitem, respectivamente, obter altas taxas de transferência de dados (1 Gbps) em enlaces de até 2 Km; e, prestar serviço de banda larga em localidades com baixa densidade espectral. Ambas as tecnologias permitem reduzir o tempo de provisionamento de serviços.

No segmento de “Segurança Fim-a-Fim de Rede”, realizou-se pesquisa de soluções existentes no mercado, tendo sido realizada PoC para firewall e IPSEC, e obtidos resultados positivos para atendimento do Decreto nº 8135/2014 e Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141.

No campo de “Segurança e Eficiência Energética”, realizou-se pesquisa de solução híbrida complementar - Gerador Eólico e Painéis Fotovoltaicos - estando em fase de anteprojeto para realização de PoC em Estações de Atendimento (EA), com objetivo de reduzir OPEX e melhorar a disponibilidade operacional da rede (SLA).

No tocante ao desenvolvimento de uma Rede de Distribuição de Conteúdo (CDN) nacional, celebrou-se Termo de Cooperação Técnica com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), tendo sido elaborado o Plano de Trabalho, que se encontra em fase de obtenção de recursos financeiros para o projeto.

No campo de “Computação em Nuvem” – Cloud Computing - deu-se continuidade ao projeto intitulado Centro de Inovação em Computação em Nuvem (CICN), objeto do

Convênio firmado em 2013 com a FINEP, com previsão de conclusão para setembro de 2017. Este projeto visa desenvolver arquitetura de referência para implantação de Nuvens Federadas Seguras para uso exclusivo da Administração Pública Federal.

Por fim, registra-se que as pesquisas, desenvolvimentos e provas de conceito foram realizados com mão-de-obra própria e equipamentos obtidos por meio de Contratos de Comodato. Relativamente aos projetos de inovação previstos para 2016, devem ser obtidos recursos financeiros de Programas de Governo para Inovação Tecnológica.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica

Brasília-DF, 22 de março de 2016.

Jorge Ricardo Bittar
Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 2

2.a. Proposta da Administração para Destinação do Resultado

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e conforme previsto ainda no artigo 55 do Estatuto Social, que rege a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2015, no valor de R\$ 235.633.491,66 (duzentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e tres mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Brasília-DF, 22 de março de 2016

Jorge Ricardo Bittar
Presidente

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em função da apuração de prejuízo no exercício de 2015, ficam prejudicados os itens 1 a 16 constantes do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 3

3.a. Eleição de Membros do Conselho de Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

Nome	Idade	Órgão Administração
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO	43	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração
158.543.988-69	Engenheiro de Telecomunicações	
FLAVIO LENZ CESAR	59	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
289.220.503-49	Analista de Sistemas	
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS	37	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
776.055.601-25	Advogado	
DEMI GETSCHKO	62	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
829.487.988-68	Engenheiro Eletricista	

A seguir, Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília-DF, 22 de março de 2016

Jorge Ricardo Bittar
Presidente

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

É Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações desde junho de 2011. É presidente do Conselho de Administração da TELEBRAS. Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRAS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações. Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

2. FLÁVIO LENZ CESAR

Escolaridade: BsC – Ciência da Computação – UFC
MsC – Ciência da Computação – UNICAMP
Tese: vIBIS – Um Sistema de discussão e votação
PhD – Technology Management, Economics and Policy – Seoul National University
Tese: Determinants and Policy Simulation of Firms Cooperation in Innovation

Experiência Profissional: 2015 - Ministério das Comunicações, Assessor Especial do Ministro das Comunicações; 2010-2015 Banco Central do Brasil, Analista concursado da Área de Tecnologia da Informação, lotado na Divisão de Serviços de Arquitetura, Integração e Reusabilidade do Departamento de TI, área responsável pela avaliação, definição (e/ou implementação) das plataformas futuras; 2013-2014 Ministério das Comunicações, Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, responsável pela coordenação da agenda internacional do Ministério, articulação com membros da indústria de TICs brasileira, representação do governo brasileiro e do CGI.br nas reuniões sobre governança da Internet da ICANN e IGF; 2009-2013 Ministério da Comunicações, Assessor da Secretaria de Telecomunicações, Representante do MC no Conselho Deliberativo do Fórum SBTVD, formulação e implementação da política industrial e de software na área de TV Digital, Negociação e coordenação das ações de cooperação internacional do governo brasileiro com países que adotaram o sistema brasileiro de TV Digital; 2004-2006 Ministério das Comunicações, Assessor da Secretaria de Telecomunicações, Assessoria Técnica ao Secretário sobre questões relacionadas às políticas públicas de TICs, representante do MC como Conselheiro do CATI – Comitê da Área de TI; 2000-2004 SoftExport Informática, Diretor Executivo, sócio fundador da empresa, responsável pela Relações Institucionais, prospecção de negócios, ISSO-9001/2000; 1997-2000 Agência Estado, Analista Sênior, Gerenciamento de projetos de desenvolvimento de aplicações, de DBMS e Sistema de Suporte à Decisão. Professor Assistente nas Universidades de Fortaleza e na UNIP e professor substituto na Universidade Federal do Ceará.

3. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

É Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, inclusive no magistério (Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Processual Civil). Formação complementar 2006 - 2006 Extensão universitária em Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos. (Carga horária: 36h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 2000 - 2000 Ordem Jurídica e Ministério Público. Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios. 1997 - 1997 Extensão universitária em Semana Jurídica - Seminário. (Carga horária: 20h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 1996 - 1996 Extensão universitária em III Semana Jurídica/Universitária - Seminário. (Carga horária: 10h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. **Atuação profissional** Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil. Vínculo institucional 2002 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40 - Outras informações Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, criado pela Lei nº 10.480/2002, e

integrado pelas Procuradorias das autarquias e fundações públicas federais, inclusive da então Procuradoria-Geral do INSS Atividades 09/2008 - Atual Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Procurador-Geral Federal. 04/2007 - 08/2008 Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Subprocurador-Geral Federal. 05/2003 - 06/2004 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios. 04/2003 - 05/2003 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Cargo ou função Coordenador-Geral do Contencioso Judicial - Interino. Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil. Vínculo institucional 2000 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40 Outras informações - Órgão ao qual estava vinculada a Procuradoria-Geral do INSS e, desde 07/2002, a Procuradoria-Geral Federal - Atividades - 09/2002 - Atual Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Conciliação e Arbitramento Juizados Especiais Federais Processo Judicial Eletrônico 01/2005 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Advocacia-Geral da União Cargo ou função Membro de Grupo de Trabalho sobre Reflexos e Implementação da EC nº 45 - Portarias AGU/PGF 4 e 16/2005. 12/2004 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Subcomissão de Acomp. dos Sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, Cargo ou função Membro - Representante da Consultoria-Geral da União. 07/2004 - 04/2007 Direção e Administração, Consultoria-Geral da União, Cargo ou função Consultor da União. 12/2003 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Ações da Seguridade Social, Cargo ou função Membro - Representante da Procuradoria-Geral Federal. Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil. Vínculo institucional 2010 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Outras informações Direito Previdenciário Avançado Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário Avançado, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Direito Previdenciário Avançado Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil. Vínculo institucional 2006 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Juizado Especial Cível Federal e ações de concessão e de revisão de benefícios previdenciários 04/2007 - 12/2008 Ensino, Pós-Graduação Direito Constitucional Nível: Pós-Graduação

4. DEMI GETSCHKO

É Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) desde 1995 e Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação) desde 2006. É membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da USP (1975), com mestrado (1980) e doutorado (1989) em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP (1971-1985) e no Centro de Processamento de Dados da FAPESP (1986-1996). Nesse período foi coordenador de operações da RNP e participou do esforço da implantação de redes no país. Foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991, entre a FAPESP e a ESN (Energy Sciences Network), nos Estados Unidos, por meio do Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory). Foi Diretor de Tecnologia da Agência Estado, empresa do Grupo Estado, em dois períodos: entre 1996 e 2000, e novamente entre 2002 e 2005. Foi Vice-Presidente de Tecnologia do IG entre 2000 e 2001. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica da USP, e hoje é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Arquitetura de Computadores e onde também coordena o laboratório da camada 2 do Projeto KyaTera. Atuou como membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization), eleito para o período de 2005-2007, e reeleito para 2007-2009.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 4

4.a.Eleição de Membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O Acionista Controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

Nome	Idade	Órgão Administração
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar
Adroaldo da Cunha Portal	46	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
648.255.400-49	Jornalista	C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
Francisco José Pontes Ibiapina	49	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
274.880.713-87	Bacharel Direito	C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
Célia Romeiro de Sousa	50	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
328.475.301-00	Educação Física	C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
Francklin Andrade Mattar Furtado	37	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
775.883.631-34	Administrador	C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
Márcia Ribeiro Abreu	49	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
545.988.856-53	Economista	C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda
Tiago Sbardelotto	34	Pertence apenas ao Conselho Fiscal
911.608.121-87	Economista	C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda

A seguir, Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 22 de março de 2016

Jorge Ricardo Bittar

Presidente

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. Adroaldo da Cunha Portal

Brasileiro, solteiro, 46 anos, residente na Av. das Araucárias, 4155 - Bloco C - Apto 102, Brasília – DF, filiação Marçal Lopes Portal e Maria Rosa da Cunha Portal, naturalidade São Leopoldo —RS, Carteira de Identidade 2535458 — SSP-DF - CPF 648.255.400-49

Formação

JORNALISMO

BACHARELADO EM DIREITO, previsão de conclusão em 2017.

Experiência Profissional

2011-2015 - Câmara dos Deputados

Cargo: Chefe de Gabinete do Líder do PDT

2011-2015 - Câmara dos Deputados

Cargo: Chefe de Gabinete do Líder do PDT

1999-2011 - Câmara dos Deputados

Cargo: Assessor Parlamentar/Legislativo

1997-1999 - Câmara Municipal de Vereadores de Sapiranga

Cargo: Assessor Legislativo

2. Francisco José Pontes Ibiapina

Brasileiro, casado, 49, natural de Campo Maior, PI.

Secretário Executivo do Ministério das Comunicações

Escolaridade:

Graduação Nível Superior: Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí.

Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em Direito e Processo Constitucional pela Universidade de Fortaleza.

Experiência Profissional:

- Administração Central do Ministério do Trabalho e Emprego:
 - o Secretário-Executivo: 27 de março a 05 de outubro de 2015.
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará:
 - o Superintendente Regional. Maio de 2013 a Março de 2015.
 - o Superintendente Substituto. Janeiro de 2013 a Abril de 2013.
 - o Gerente Regional do Trabalho e Emprego em Maracanaú. Agosto de 2012 a Janeiro de 2013.
 - o Delegado do Trabalho Substituto. Setembro de 2005 a Junho de 2008.
 - o Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho. Junho de 2005 a Julho de 2008.
 - o Auditor-Fiscal do Trabalho. Posse em 19 de janeiro de 1996.
- Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará):
 - o Diretor-Geral. Julho de 2008 a Junho de 2012.
- Caixa Econômica Federal:
 - o Escriturário Abril de 1989 a Dezembro de 1995 (exercendo, nesse período, as

funções de Caixa-Executivo, Supervisor e Gerente-Adjunto).

Cursos e Congressos:

- Curso de Formação de Conselheiros de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda: Ministério do Trabalho e Emprego e Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.
- Curso Habilidades no Processo de Negociação: Escola de Administração Fazendária.
- Curso de Desenvolvimento Gerencial: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
- Seminário sobre Constituição, Trabalho e Globalização - Desafios da Democracia: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.
- Seminário sobre Formalização do Contrato de Trabalho: Escola Regional da Magistratura do Trabalho do Ceará.
- Seminário de Negociação e Mediação de Conflitos Coletivos de Trabalho: Delegacia Regional do Trabalho no Ceará.
- Seminário de Negociação e Mediação Coletiva: Delegacia Regional do Trabalho no Ceará.
- I Seminário Regional sobre Terceirização do Trabalho: Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba.
- Seminário Gerencial do Programa de Transformação do MTE: Escola de Administração Fazendária.
- 2º Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- I Encontro de TRTs NE – Potencialidades Regionais: socializando boas práticas

3. Célia Romeiro de Sousa

- Brasileira, natural de Brasília/DF, 50 anos, casada, CPF: 328.475.301-00 CI: 870.571-DF, Filiação: José Romeiro de Menezes/Edite Alves Menezes, Residente na SMPW quadra 17 conjunto 12 lote 08 casa A – Brasília-DF CEP 71.741-712
- EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
- Assessora Especial do Ministro
- CAMARA DOS DEPUTADOS
- Assessora Técnica na Liderança do PDT
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
- Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva
- SENADO FEDERAL
- Assessora Técnica do gabinete do Sen. Cristovam Buarque
- CAMARA DOS DEPUTADOS
- Chefe de Gabinete do dep. André Figueiredo
- EDUCACIONAL
- UNICEUB
- Gestão Empresarial
- FACULDADE DOM BOSCO
- Educação Física
- BRASAS ENGLISH COURSE
- Inglês avançado

4. Francklin Andrade Mattar Furtado

Brasileiro, casado, 37, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, exercido de junho de 2006 até a presente data. Desde março de 2011 está lotado no Ministério das Comunicações ocupando o cargo de Subsecretário Adjunto de Serviços Postais e de Governança de Empresas Vinculadas. Vem desenvolvendo atividades ligadas à normatização do setor postal, tendo participado, dentre outros, dos trabalhos que levaram ao estabelecimento de metas de universalização e qualidade dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Preside, representando o Brasil junto à UPU, o Grupo de Projeto Reforma da União, com reuniões bianuais em Berna – Suíça, desde 2013. Vem presidindo o Conselho Fiscal da ECT desde janeiro de 2015. Esteve em exercício de junho de 2006 a março de 2011 no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST – do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, nos setores de Orçamento, de Governança Corporativa e de Avaliação de Empresas tratando de assuntos relacionados ao Orçamento de Investimento das empresas estatais federais, de assessoramento ao Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR – que busca estabelecer boas práticas de governança corporativa nas empresas estatais federais, bem como pelo desenvolvimento do sistema de avaliação de empresas estatais. Coordenou o Fórum de Inovação das Empresas Estatais Federais de 2007 a 2010, que, em cooperação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, culminou na publicação da “Pesquisa de Inovação nas Empresas Estatais Federais”. Assistente de Projetos do Setor de Ciências e Meio Ambiente da Representação no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, cargo exercido de setembro de 2000 até fevereiro de 2006. Gerência de acordos de cooperação entre a UNESCO e a Administração Pública Federal Direta, nas áreas de Meio Ambiente e de Turismo, relativa à implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas destas áreas. Acompanhamento orçamentário e financeiro de projetos de cooperação técnica com instituições governamentais, não-governamentais, privadas e internacionais. Formação Acadêmica - Escola Nacional de Administração Pública – ENAP 02/2008 – 09/2009 - Especialização em Gestão Pública. Fundação Getúlio Vargas – FGV 09/2001 – 09/2002 MBA em Marketing. Universidade de Brasília – UnB 1º/1995 – 2º/1998 Bacharelado em Administração de Empresas. Idiomas Inglês: fluência oral e escrita. Francês: fluência oral e escrita. Espanhol: boa compreensão e conversação básica. Formação Adicional - Curso de Formação para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, realizado na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em Brasília-DF, no período de março a junho de 2006.

5. Márcia Ribeiro Abreu

É membro efetivo do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Márcia Ribeiro Abreu - Economista pela Univ. Federal de Viçosa, MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais e MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV. Ingressou na Secretaria do Tesouro Nacional em dez/2003, atualmente é Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias - COPAR. Participação no Conselho Fiscal da ABDI de 2005 a 2007. Membro suplente no Conselho Fiscal da CGTEE, de 2008 a 2009. Membro do Conselho Fiscal da CODEBAR, de 2007 a 2010. Membro do Conselho Fiscal da Breitener Energética S/A, de 2010 a 2012. Representante do Ministério da Fazenda na Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 2006 até hoje.

6. Tiago Sbardelotto

Indicado para ser membro suplente do Conselho Fiscal da Telebras. Tiago Sbardelotto, brasileiro, 34 anos. **Experiência:** Atualmente é Gerente de Projetos na Gerência de Análise Econômica e Cenários - GEPEC/COGEP do Tesouro Nacional. De 10/05/2013 a 17/03/2014 – Anatel - Coordenador Técnico – responsável pelo acompanhamento econômico-financeiro e elaboração e validação de modelo de custos para tarifas de telecomunicações; de 25/10/2010 a 10/05/2013 – Anatel - Gerente Operacional Substituto – responsável por regulamentar e planejar uso de Recursos de Numeração; de 30/03/2005 a 25/10/2010 – Anatel - Especialista em Regulação – atuando na área de Interconexão – responsável por análise de condutas anti-competitivas relacionadas à interconexão.

Cursos:

Mês/Ano de Conclusão 05/2011

Curso Regulação Econômica e Defesa da Concorrência em Telecomunicações

Instituição Fundação Universidade de Brasília

Carga Horária 40 h

Mês/Ano de Conclusão 10/2011

Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos

Instituição ENAP

Carga Horária 40h

Mês/Ano de Conclusão 09/2012

Curso Economia da Regulação

Instituição ENAP

Carga Horária 24h

Mês/Ano de Conclusão 11/2014

Curso Diagnóstico Macroeconômico

Instituição FMI

Carga Horária 40h

Mês/Ano de Conclusão 07/2015

Curso MFx: Macroeconomic Forecasting

Instituição FMI/edX

Carga Horária 60h

Mês/Ano de Conclusão 10/2014

Curso Análise de Empresas Estatais – Módulo I

Instituição ESAF

Carga Horária 20h

Mês/Ano de Conclusão

12/2014

Curso Análise de Empresas Estatais – Módulo II

Instituição ESAF

Carga Horária 12h

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informa-se:

12.7. Composição dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, Financeiro e de Remuneração

Não há composição de comitês.

12.8 – Composição dos Conselhos

Vide os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii.

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram **condenação criminal**, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e:

a. Administradores da TELEBRAS:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.

b. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da TELEBRAS:

Não há relação.

c. (i) administradores da TELEBRAS ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da TELEBRAS:

Não há relação.

d. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da TELEBRAS:

Não há relação.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e:

a. Sociedade controlada, direta ou indireta, pela TELEBRAS:

Não tem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle com sociedade controlada, direta ou indireta, pela Telebras.

b. Controlador direto ou indireto da TELEBRAS.

Conselho de Administração

Conselheiro - Maximiliano Salvadori Martinhão

CPF: 158.543.988-69

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselheiro - Flávio Lenz Cesar

CPF: 289.220.503-49

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Assessor Especial do Ministro das Comunicações

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselheiro - Marcelo de Siqueira Freitas

CPF: 776.055.601-25

Pessoa Relacionada: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

CNPJ: 00.489.828/0003-17

Cargo/Função: Assessor Especial do Ministério da Previdência

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselho Fiscal

Membro Titular - Adroaldo da Cunha Portal

CPF: 648.255.400-49

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Titular - Célia Romeiro de Sousa

CPF: 328.475.301-00

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Assessora Especial do Ministro das Comunicações

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Titular - Márcia Ribeiro Abreu

CPF: 545.988.856-53

Pessoa Relacionada: Ministério da Fazenda

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função: Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Suplente - Francisco José Pontes Ibiapina

CPF: 274.880.713-87

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Secretário Executivo do Ministério das Comunicações

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Suplente - Francklin Andrade Mattar Furtado

CPF: 775.883.631-34

Pessoa Relacionada: Ministério das Comunicações

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Subsecretário Adjunto de Serviços Postais e de Governança de Empresas Vinculadas.

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Suplente - Tiago Sbardelotto

CPF: 911.608.121-87

Pessoa Relacionada: Ministério da Fazenda

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função Gerente de Projetos na Gerência de Análise Econômica e Cenários - GEPEC/COGEP do Tesouro Nacional.

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

c. Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da TELEBRAS, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não tem relação com fornecedores, clientes devedores ou credores da Telebrás, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 5

5.a. Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Assunto: Remuneração dos Administradores e Conselheiros (art.12 ICVM 481/09)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 26 DE ABRIL DE 2016.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2016 E A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2017:

• R\$ 4.889.104,48 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e quarto reais e quarenta e oito centavos).

DISCRIMINAÇÃO (Período de abril/2016 a março/2017)	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
HONORÁRIOS	1.733.127,12	375.510,72	234.694,20	2.343.332,04
BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS	776.106,21	18.775,54	11.734,71	806.616,46
OUTROS (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA/ QUARENTENA)	1.077.920,52	NA	NA	1.077.920,52
ENCARGOS	539.195,10	75.101,76	46.938,60	661.235,46
TOTAL	4.126.348,95	469.388,02	293.367,51	4.889.104,48

Remuneração dos Administradores

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

O DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração, para o período de abril de 2016 a março de 2017:

Honorários;

Gratificação Natalina;

Adicional de Férias;

Remuneração Compensatória (Quarentena);

Indenização de Transferência (diretriz 243);

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Plano de Saúde;

Previdência Complementar

FGTS;

INSS – Patronal.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

Gratificação Natalina: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

Remuneração Compensatória (Quarentena): valor correspondente a 6(seis) retribuições mensais de honorário de dirigente, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013;

Ajuda de Custo: é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

Despesas de Transportes: são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2(dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50%(cinquenta por cento) do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Plano de Saúde: parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;

Previdência Complementar: é um benefício opcional, que proporciona ao dirigentes e Conselheiros garantir uma renda futura;

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): importância creditada na conta vinculada do dirigente. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos dirigentes, conforme Decreto nº 99.684, de 8.11.1990;

INSS - Patronal: valor calculado sobre os honorários dos dirigentes e conselheiros, gratificação natalina e adicional constitucional de férias (1/3 da remuneração) e que a empresa recolhe para a previdência.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos dirigentes inclui apenas os honorários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 35,45%

- Gratificação Natalina: 2,95%

- Adicional de Férias: 0,98%

- Remuneração Compensatória (Quarentena): 22,05%

- Indenização de Transferência (diretriz 243): 6,45%

- Auxílio Alimentação: 0,78%

- Auxílio Moradia: 1,77%

- Seguro de Vida em Grupo: 0,09%

- Plano de Saúde: 1,04%

- Previdência Complementar: 1,77 %

- FGTS: 3,15%

- INSS – Patronal (Dirigente): 7,88%

- Honorários do Conselho de Administração: 7,69%
- INSS Patronal do Conselho de Administração: 1,54%
- Previdência Complementar: 0,39%
- Honorários do Conselho Fiscal: 4,80%
- INSS Patronal do Conselho Fiscal: 0,97%
- Previdência Complementar: 0,24%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia;

Não aplicável

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Posição em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	355.565,82	1.570.302,00	242.519,91	2.168.387,73
Benefícios diretos e indiretos	N/A	285.131,10	N/A	285.131,10
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	232.492,68	N/A	232.492,68
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	51.895,06	493.923,74	43.876,28	589.695,08
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	407.460,88	2.581.849,52	286.396,19	3.275.706,59

Posição em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	3	5	16
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	345.416,41	1.219.848,83	215.885,25	1.781.150,49
Benefícios diretos e indiretos	N/A	362.144,24	N/A	362.144,24
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	178.139,40	N/A	178.139,40
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	43.615,80	268.395,78	18.148,24	330.159,82
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	389.032,21	2.028.528,25	234.033,49	2.651.593,95

Posição em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	320.481,01	1.653.739,57	202.604,85	2.176.825,43
Benefícios diretos e indiretos	N/A	229.991,16	N/A	229.991,16
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	117.702,61	N/A	117.702,61
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	51.388,70	327.356,92	27.826,70	406.572,32
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	371.869,71	2.328.790,26	230.431,55	2.931.091,52

Prevista para o Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	403.476,96	1.862.201,79	248.261,53	2.513.940,28
Benefícios diretos e indiretos	15.480,00	705.986,83	9.675,00	731.141,83
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	1.145.865,54	N/A	1.145.865,54
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	76.000,86	544.545,06	48.087,27	668.633,19
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	494.957,82	4.258.599,22	306.023,80	5.059.580,84

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

ORGÃO	ON	PN
CA	170	26.670
CF	5	52.005
DIRETORIA	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não há opções.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção,

dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2015 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	541.158,30	345.822,60	443.490,45
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	46.938,84	46.938,84	46.938,84
CONSELHO FISCAL	5	46.938,84	46.938,84	46.938,84

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2014 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	3	519.904,87	473.526,58	496.715,73
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	43.811,64	43.811,64	43.811,64
CONSELHO FISCAL	5	43.811,64	43.811,64	43.811,64

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2013 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	516.022,24	444.401,96	480.212,10
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	40.706,17	40.706,17	40.706,17
CONSELHO FISCAL	5	40.706,17	40.706,17	40.706,17

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2015	2014	2013
Conselheiro de Administração	48,62%	52,78%	48,96%
Diretoria	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	56,45%	55,34%	60,24%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do

conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Nada a acrescentar.